

## A prática de democracia

Votar é didático.

O que nos faz falta politicamente é votar, sempre, com perseverança, sem interrupções institucionais, até aprendermos.

Nos Estados Unidos, os deputados federais e estaduais têm mandatos de apenas dois anos e os senadores seis. O que implica renovação de dois terços do Congresso, bianualmente. Isto desde 1789, logo após a redação da Constituição em 1787.

Nunca deixou de haver eleição, por mais que mudassem os sistemas eleitorais. E tanto Norte quanto Sul votaram em plena guerra civil. Idem durante as guerras mundiais e locais em que os Estados Unidos se meteram. Ninguém jamais ousou falar em adiar eleições, sob qualquer pretexto, ao longo de duzentos anos.

Na Inglaterra, sua democracia era mais corrupta que a nossa no Século XIX. Como prova, basta lembrar os "burgos pobres", antigos distritos eleitorais esvaziados pelo êxodo rumo às cidades na revolução industrial, e nem por isso diminuindo o peso de representação de uns nem aumentando o das outras. Se tínhamos escravos no Império brasileiro, no britânico existiam fantasmas.

E assim por diante.

A diferença essencial, entre cá e lá, é que nos Estados Unidos nunca houve golpe de Estado e também não na Grã-Bretanha, desde pelo menos fins do Século XVII. O mesmo se poderia dizer de Canadá, Austrália, Nova Zelândia, nos últimos tempos até da Índia, e não só da Escandinávia.

Entre nós a transferência do poder representa um trauma. Principalmente se ameaçar ir, mesmo localmente, para as mãos de qualquer oposição. O poder vê-se olhado como patrimônio privado numa sociedade multissecularmente patrimonialista.

Mas, como o resumiu muito bem Willy Brandt, o único remédio para a democracia é mais democracia. Nada mais, nada menos.

Richard Wolheim poderia chamar isto de "democratismo". Que o seja. Pior seria o totalitarismo, notadamente quando se intitula de democrático.

Por tanto, democracia não é válvula de escape para tensões da dívida social, herdada e aumentada por regimes de exceção. Nem existe apenas para tranquilizar investidor estrangeiro necessitando de "lobbies" mais flexíveis no Legislativo e maiores garantias junto a um Judiciário independente para dirimir pacificamente as questões privadas em relação ao Executivo. Nova versão de demonstrações "para inglês ver".

Claro que estes fatores também influenciam, embora devam desempenhar um papel menor. Agora mesmo o Subsecretário de Estado para a América Latina, Thomas Enders, está distribuindo sinto maticamente por todas as redações de jornais e pessoas gradadas do nosso instável continente um discurso no qual, entre outras coisas, se congratula com nossas próximas eleições como outra prova de democratização etc.

Eganou-se, portanto, quem contava com a presidência Reagan para aventureirismos golpistas. Que o digam os controvertidos militares bolivianos, ainda à espera de um reconhecimento diplomático que imaginavam líquido e certo, assim que Jimmy Carter fosse embora. E François Mitterrand está aí, para dar mais dor de cabeça que Carter. Quem viver verá. A

França pode ter menor peso econômico, mas se apresenta maior psicologicamente, além de poder aliar-se a grupos liberais dos Estados Unidos e sociais-democratas do mundo inteiro.

Não adianta reclamar dizendo que se trata de "intromissão". O mundo é cada vez mais um só. Nicaraguenses, salvadorenhos e poloneses também o estão aprendendo, e de maneira algo mais dolorosa. Que oxalá não venha a ser o destino do Cone Sul.

No Brasil, foi perdida a oportunidade histórica da mexicanização, no auge do chamado "milagre econômico", na realidade de abertura da nossa fronteira econômica ao sistema econômico mundial, então no auge. Foi preferida a opção do bipartidarismo imperfeito, aquele no qual a Oposição pode tudo, exceto galgar o poder.

Para superar o dilema, efetuou-se a reforma partidária, criando a possibilidade de cooperação de alguns partidos ou mesmo setores oposicionistas. O MDB do Rio de Janeiro começou a dança, potencialmente acompanhável pelo PP e talvez por algumas seções estaduais do próprio PMDB. Pois é duvidoso o futuro do PDT, PTB e PT com as atuais exigências eleitorais de três por cento em nove Estados e cinco por cento nacionais. O que não deixará de causar embaraços e decepções quando alguns dos seus parlamentares não puderem ser declarados vencedores.

Mas isto já é outra história.

Por enquanto, o principal consiste na necessidade da convicção de que haverá eleições, qualquer que seja o sistema eleitoral, votado ou aprovado por decurso de prazo.

Que ninguém se iluda.

Como dizia há pouco um jornalista em São Paulo, tudo que o povo toca, mais cedo ou mais tarde, acaba adquirindo dinâmica própria.

Também os arquitetos da Quinta República francesa achavam que sua divisão dos distritos eleitorais e a eleição em dois turnos garantiriam o imobilismo político. O esquema durou de 1958 a 1981, vinte e três anos. Mas, noutras circunstâncias históricas mais fluidas, quanto tempo sobreviverá a rigidez?

O principal é que, entretentes, a sociedade vá amadurecendo para assumir um dia suas responsabilidades e que o Brasil seja finalmente uma nação e não apenas um Estado. Além do mais patrimonialista, há quatrocentos anos.

Enfrentemos as eleições, quaisquer que sejam. O povo terminará aprendendo.

Nosso maior problema político são as rupturas institucionais, menos numerosas que a maioria dos países latino-americanos, o que não chega a significar um consolo. Quase tão ruim é a coincidência de todos os mandatos, o que, além de diminuir a quantidade didática de eleições, pode ameaçar toda a estrutura do Estado por uma súbita rotação global do poder.

Quanto mais eleição, melhor. Ficariamos mais perto da democracia direta, suprindo os defeitos da indireta, embora só até certo ponto.

Por mais que a democracia não seja uma panacéia para todos os males e chegue mesmo a suicidar-se, não há substitutivo. Dai tantos regimes ao menos se intitulem de democráticos.